

DEPENDÊNCIAS NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

*Rodrigo Constante Martins**

É inquestionável a influência de Florestan Fernandes na institucionalização e consolidação da sociologia no Brasil. Também é conhecido seu papel na nucleação de um grupo de jovens cientistas sociais na Universidade de São Paulo, desde meados dos anos 50. Egresso deste grupo, Fernando Henrique Cardoso – primeiro mestre em sociologia da USP, sob orientação de Florestan Fernandes –, também tornou-se, na década de 1960, importante referência da produção sociológica brasileira e latino-americana. Não por acaso, mestre e discípulo construíram suas carreiras ora partilhando, ora entrecruzando temas e objetos de investigação.

Inicialmente, o interesse de Fernandes pela questão racial e pela constituição da sociedade de classes no Brasil levou o jovem Cardoso, então membro da equipe de trabalho do primeiro, a desenvolver sua tese de doutoramento sobre os negros no sul do país. Em 1962 os dois formaram o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), reunindo os alunos recém-formados sob orientação dos professores da Cadeira de Sociologia I da USP. Em 1963, Cardoso apresenta sua tese de livre-docência, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, e poucos depois a tese de cátedra, *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Em 1964, Fernandes defende *A integração do negro na sociedade de classes* como tese de cátedra¹.

Nas obras destes dois autores, a problemática da sociedade de classes aparece como tema central. Em Fernandes, é marcante a crítica à ordem social competitiva constituída no país, pouco afeita à lógica social aquisitiva (também em termos de direitos) da civilização burguesa, que envolveria ética racional, competição e igualdades cidadãs. Em Cardoso, a crítica destaca a debilidade

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar.

¹ Para um histórico de Florestan Fernandes e de seus assistentes – incluindo o próprio Fernando Henrique Cardoso – no desenvolvimento da sociologia na Universidade de São Paulo, ver Arruda (1994; 1995).

de práticas empresariais arraigadas no patrimonialismo e com pouco vigor empreendedor, razões que teriam contribuído para que o impulso maior ao desenvolvimento industrial-capitalista no país partisse não do empresariado nacional e fosse sustentado por capitais estrangeiros e pela participação direta do Estado na economia.

Evidentemente, as discussões empreendidas por estes autores se relacionam com debates mais amplos travados na sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970 acerca de temas como modernização, desenvolvimento, Estado e classes sociais. Naquele contexto, outros autores estavam inscritos nestes debates, sugerindo novas delimitações de abordagens e partindo de matrizes políticas e intelectuais variadas. Neste texto, contudo, interessa abordar as estratégias de interpretação lançadas por Fernandes e Cardoso para o desenvolvimento dos conceitos de capitalismo dependente e dependência. São pelo menos três as razões que, a meu ver, justificam tal empresa. Primeiramente, trata-se de autores que exerceram importante papel do debate acadêmico em torno do desenvolvimento nacional, seja através da formação de quadros nas áreas de ciências sociais, seja por suas respectivas contribuições para a estruturação de grupos e centros de estudos sobre tal temática no país. Em segundo lugar, pela importância do ponto de partida teórico adotado pelos dois autores na construção das noções de dependência e capitalismo dependente. Conforme procurarei demonstrar no curso do texto, Fernandes e Cardoso partem do materialismo dialético, nos termos sugeridos por Marx para a construção de análises concretas, e chegam a conclusões distintas sobre o fenômeno da dependência. Este ponto de chegada – e eis aqui a terceira justificativa para esta empresa – trouxe implicações significativas para as divergências políticas que mestre e discípulo vieram revelar de modo mais evidente no início da década de 1990.

Este artigo não pretende remontar o debate sobre a dependência no espectro das sociologias brasileira e latino-americana. Tampouco buscará situar elementos de superação ou atualidade das noções de dependência. Seu objetivo é discutir alguns pontos de ruptura entre as análises de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sobre a dinâmica do desenvolvimento industrial-capitalista em sociedades periféricas e dependentes. Para tanto, serão retomados os escritos destes autores sobre a temática. No caso de Fernandes, serão tomados como referência os escritos publicados na década de 1970 sobre sociedade de classes e capitalismo

dependente na América Latina (alguns dos quais redigidos ainda em meados da década de 1960, como o clássico *A revolução burguesa no Brasil*) e seus escritos sobre o materialismo histórico-dialético. No caso de Cardoso, além de textos solo, será utilizado como referência neste debate seu conhecido ensaio escrito em co-autoria com o sociólogo chileno Enzo Faletto.

O texto encontra-se dividido em quatro sessões. Na primeira é feita uma breve retomada dos conceitos fundamentais do materialismo dialético envolvidos nas análises desenvolvidas por estes autores. Na segunda e terceira sessões são apresentados os usos que Fernandes e Cardoso, respectivamente, fazem do materialismo dialético na construção das análises sobre dependência. A quarta sessão aponta algumas implicações, nos níveis metodológico e político, que sustentem a hipótese da heterogeneidade das problematizações sobre o *capitalismo dependente* em Fernandes e a *situação de dependência* em Cardoso. Por fim, à guisa de conclusão, são sugeridas relações destas problematizações como formas de descrição e prescrição do mundo social, além de alguns apontamentos sobre possíveis temas de investigação para uma eventual sequência da argumentação aqui formulada.

1. O ponto de partida das noções de dependência

Um dos traços mais marcantes da construção das noções de dependência em Fernandes e em Cardoso é a forma de apreensão do fenômeno, fortemente marcada pela preocupação com a consistência dos instrumentos teórico-metodológicos de análise. Nestes autores, o denominador comum é a retomada de um dos escritos mais importantes de Marx, qual seja, a *Contribuição à crítica da economia política* de 1857, cuja primeira tradução e introdução à edição brasileira são de autoria do próprio Florestan Fernandes². Neste texto seriam encontrados, conforme destaca este autor em sua introdução, os pressupostos básicos do materialismo histórico,

² A rigor, esta tradução de Fernandes – baseada nas versões em espanhol, francês e inglês do texto e publicada originalmente em 1946 –, foi o primeiro texto de Marx traduzido para a língua portuguesa. Fernandes era aluno da Universidade de São Paulo e fez a tradução sob encomenda da editora Flama, criada em 1944 pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR). A introdução redigida pelo então estudante, contudo, continuou atendendo ao rigor do sociólogo maduro, que a reeditou com poucas modificações na obra *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*, de 1995. Sobre a militância de Fernandes no PSR, ver Sereza (2005).

considerado o método por excelência capaz de propiciar a compreensão dos movimentos da moderna sociedade capitalista.

De acordo com Fernandes, *Contribuição à crítica da economia política* possui um lugar de destaque não apenas na história do pensamento econômico, mas também nos debates epistemológicos da sociologia e na metodologia nas ciências sociais. Constituir-se-ia em uma sólida crítica tanto à Economia Política Clássica quanto à concepção naturalista da sociedade. Tratar-se-ia de uma alternativa de superação do sujeito abstrato e atômico do liberalismo econômico através da construção de análises concretas, capazes de trazer a tona os processos essenciais pelos quais os indivíduos e grupos produzem e se produzem em sociedade.

Nesta obra, o ponto fundamental da análise desenvolvida por Marx sobre a dinâmica do modo capitalista de produção encontra-se na mercadoria (ou na circulação simples). Este ponto já nos indica o momento fundante da ruptura entre Marx e a Economia Política Clássica. Do ponto de vista desta última, o estudo da organização econômica de uma sociedade – sendo esta pensada nos termos do nacionalismo do século XVIII³ – deveria iniciar-se por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidade e campo, etc., atingindo em uma escala bem distante os elementos do mercado, como por exemplo, a própria mercadoria. Entretanto, a população – momento inicial de análise da Economia Política –, seria, nos destaca Marx, uma representação ininteligível se abstraída, por exemplo, da estrutura de classes que a fragmenta. Como nos indica a passagem clássica do referido texto,

(...) se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (...) Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado mundial. (Marx, 1987: 16).

³ A propósito do moderno conceito de nação na história das idéias, bem como de sua relação com experiências revolucionárias que redefiniram as concepções de Estado, povo, cidadania e economia, ver Hobsbawm (1990).

Atingindo-se as categorias mais simples, irreduzíveis, e, a partir daí, compreendendo o processo de particularização dentro de totalidades, Marx propõem através do materialismo dialético a superação das análises reificadas em *atores* – tal como proporia equivocadamente a Economia política –, ressaltando a importância das determinações simples das relações nas análises concretas da realidade social. Tal avanço nos permite afirmar que a essência da dialética materialista está exatamente no fato das determinações simples, introduzidas na análise como elementos abstraídos, tornarem-se categorias concretas quando integradas ao conjunto de relações que comporiam a totalidade – ou o concreto pensado. Ademais, o movimento de construção da totalidade seria assegurado pela interação constante entre as partes e o todo, dando sentido analítico ao que, até então, encerrava-se nos quadros da Economia Política Clássica como um *dado* social. Neste sentido, Cardoso (1993: 91-92) enfatiza que

metodologicamente, trata-se de um esforço de elevação do particular para o geral no qual as relações parciais (particulares) vão sendo circunscritas em teias de relações e vão se especificando e determinando de tal modo que a síntese resultante (o todo, a totalidade) apareça, não como amálgama confuso, indeterminado, “geral”, mas como um conjunto hierarquizado e articulado de relações. Este conjunto articulado de relações só se alcança por intermédio da produção de conceitos que ponham a nu o modo de relação entre as partes que compõem o todo e as leis de seu movimento.

O movimento dialético de ascensão do *abstrato* ao *concreto* permitiria, portanto, a construção conceitual dos níveis de determinação das partes de uma dada totalidade. Pressupõe, deste modo, a negação da imediaticidade, da evidência, uma vez que o todo é prontamente acessível como algo caótico e obscuro. Somente através do movimento da parte para o todo e do todo para a parte, do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno, é que se criariam as condições para que os fatos empíricos fossem integrados em totalidades ricas em relações e determinações; de outra maneira, as análises permaneceriam no nível da abstração, superficiais e teoricamente inconsistentes.

O método de construção de análises concretas manteria aberta a possibilidade de se apreender o que é geral no desenvolvimento social e a necessidade de se captar as singularidades de tal desenvolvimento, justificando, por sua vez, a assertiva de que “o concreto é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx: 1987: 16). Em outras palavras, tratar-se-ia da possibilidade de se construir

análises concretamente situadas, com base em relações de significação dentro de totalidades históricas definidas. Conforme Cardoso (1977), este seria o modo de se explorar dialeticamente as relações de mediação entre o que Marx chamou de determinações gerais (os processos sociais recorrentes) e as determinações particulares (os processos emergentes) da realidade social.

Para Cardoso (1978), esta é a essência da explicação dialética, qual seja, a concepção e explicação dos fenômenos sociais com referência ao singular e ao geral. Isto porque este método de construção do conhecimento sociológico permite a superação, através da análise dialética, das limitações do *fato*, sem que os mesmos se transformem em simples conseqüências de padrões gerais. Para Fernandes (2010), esta especificidade do materialismo dialético representaria um grande salto qualitativo nas ciências sociais modernas, pois busca trazer para o epicentro da teoria social a historicidade das leis científicas. Para este autor, mesmo não negando a persistência (em termos de história) de certos elementos explicativos ao longo de um processo de desenvolvimento da cultura, a dialética materialista não permite a análise isolada de tais elementos – procedimento este tão caro à concepção naturalista das ciências sociais e à própria economia política⁴. Como afirma o autor,

(...) na concepção naturalista sacrifica-se à diferença essencial à unidade. De outro lado, se Marx fizesse somente o contrário, isto é, se sacrificasse a última à oposição, entraria em conflito aberto com sua concepção de realidade. O impasse foi resolvido dentro da lógica hegeliana: o próprio movimento da realidade estabelece uma lei de interpenetração dos contrários, por meio da qual é possível compreender inclusive o elemento comum e sua validade como fator explicativo. Sem os elementos comuns, o próprio desenvolvimento acumulativo da cultura e as transições bruscas de um período histórico para o outro, com as correspondentes mudanças de organização social motivadas pelas transformações das relações de produção, seriam inexplicáveis. (Fernandes, 2010: 30)

Nestes termos, Marx seria, na leitura de Fernandes, o formulador tanto da crítica mais consistente à Escola Clássica do pensamento econômico quanto

⁴ É interessante destacar que as relações de Cardoso e Fernandes acerca da leitura da obra de Marx foram historicamente tensas. Além de não participar dos famosos Seminários de Marx – coordenados, dentre outros, pelo próprio Cardoso –, Fernandes e seu então orientando de doutorado discordaram da crítica que este último fazia na introdução de sua tese aos métodos funcionalistas a partir do materialismo dialético. Por esta razão, garante Cardoso, a introdução da tese publicada em livro (Cardoso, 1977) não reproduz sua versão original, com as críticas abreviadas por exigência de seu orientador. Para esta passagem da relação entre os dois autores, ver Bastos et al (2006), p.77.

o autor decisivo das análises sobre o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. Ao negar o individualismo abstrato de Adam Smith e David Ricardo, o pensador alemão tomava coletividades em substituição ao homem atômico da economia política. Isto não significaria, contudo, uma aproximação com os métodos naturalistas de análise econômica, responsáveis pela difusão do caráter geral e eterno das leis econômicas. Fernandes destaca que, pelo contrário, Marx considera as leis econômicas enquanto produtos históricos e transitórios, e, se a produção é determinada socialmente, torna-se então essencial identificar seus elementos de diferenciação para o seu entendimento.

Para Florestan Fernandes, assim se resumiria a especificidade do materialismo histórico: na possibilidade de se apreender o que é geral no desenvolvimento social e na necessidade de se captar as singularidades de tal desenvolvimento. O materialismo histórico seria, na perspectiva do autor, a grande ruptura qualitativa – do ponto de vista metodológico – vivenciada pelas modernas ciências sociais.

2. O conceito de capitalismo dependente

Os elementos de singularidade do materialismo dialético tomam forma bastante nítida na análise feita por Florestan Fernandes sobre o capitalismo e, conseqüentemente, na construção de seu conceito de capitalismo dependente. Para o autor, o processo de acumulação capitalista em escala internacional deve ser entendido enquanto uma totalidade histórica e contraditória, que em seu desenvolvimento germina realidades bastante específicas, cuja dinamicidade é mantida atrelada aos movimentos da própria totalidade. Dito de outra forma, tratar-se-ia de uma relação de retroalimentação entre o geral e o particular. É justamente da apreensão das determinações essenciais das particularidades criadas pelo capitalismo moderno que decorre o conceito de capitalismo dependente na obra do autor.

De acordo com Fernandes, o desenvolvimento do capitalismo se faria necessariamente de maneira desigual. Sustentando-se na manutenção da propriedade privada e da mercantilização do trabalho, o desenvolvimento capitalista geraria e reproduziria desigualdades não apenas em conjunturas locais

- ou territoriais - de acumulação, mas também entre os países inseridos nesta forma histórica de organização da produção⁵. Contudo, estas desigualdades não poderiam ser entendidas senão através na análise das relações de classe que se estabelecem entre os planos nacionais e internacional.

Neste cenário, Fernandes busca compreender a formação do capitalismo latino-americano através de uma análise histórica e estrutural de suas relações de classe. Nesta análise, o que adquire importância fundamental para o autor é exatamente o elemento específico passível de ser identificado no desenvolvimento da chamada modalidade latino-americana de capitalismo. Tal modalidade, segundo o autor, pode ser caracterizada por três momentos:

O momento em que ele (capitalismo) se configura, na transição neocolonial; o momento em que ele transborda o mundo neocolonial, mas não o destrói, em que se dá a passagem do primitivo capitalismo mercantilista, herdado da colônia de exploração, para um capitalismo comercial cheio de vitalidade; e o terceiro momento, vivido atualmente por poucos países, em que a revolução industrial se intensifica e se acelera. *O que é constante, nos três momentos, consiste no impacto externo: ele induz, condiciona e regula a mudança estrutural.* (Fernandes, 1981a: 53, grifos meus)

É neste impacto externo, de caráter constante, conforme afirma o próprio autor, que residiria a especificidade do capitalismo latino-americano. Seu dinamismo seria dado tanto pelas relações de classe internas aos países dependentes, quanto por interesses externos, provenientes dos países capitalistas centrais e hegemônicos, que numa parceria desigual com as burguesias dependentes, dariam rumo às transformações do espaço econômico latino-americano. Entretanto, isso não significa dizer que existiria uma submissão total das burguesias latino-americanas frente aos países capitalistas centrais. A articulação dos interesses internos e externos às sociedades dependentes é compreendida por Fernandes de maneira bem mais complexa. A influência dos dinamismos econômicos externos nos países da América Latina teria se dado sob a convivência - e conveniência -

⁵ Convém destacar que, para Marx, a produção é um movimento que não finda no processo de trabalho ou naquilo que este autor denominava por produção imediata. A circulação seria uma das etapas no processo de produção, posto que é neste momento que a mercadoria se realiza enquanto forma-valor. No próprio *Crítica da economia política* o autor afirmava: "o resultados a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos" (Marx, 1987: 15).

das burguesias locais, que encontravam vantagens em sua condição de parceira subordinada dos interesses hegemônicos externos.

Quando se dá a eclosão do mercado moderno, a revolução comercial ou a revolução industrial, os parceiros internos se empenham em garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, pois vêem em seus fins um meio para atingir os seus próprios fins. Não que se considerem incapazes de “montar o jogo”: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido”, e “seguro”. (Fernandes: 1981a: 54-55)

As burguesias nacionais latino-americanas teriam conquistado sua hegemonia interna tendo por base os interesses de seus parceiros externos que, por seu turno, necessitavam da primeira para impor seus próprios fins às sociedades dependentes. Sob este contexto, teria se estabelecido nas sociedades de classe latino-americanas um padrão particular de acumulação capitalista. Este padrão, característico do capitalismo em sua fase monopolista e estruturado no que Fernandes chamou de *sobre-apropriação repartida do excedente econômico*, teria imputado à força de trabalho dos países dependentes um adicional de exploração que visaria a criação de um sobre-excedente, ou seja, um excedente do excedente a ser repartido entre as burguesias locais e os centros capitalistas hegemônicos.

Deste modo, a análise desta sobre-apropriação do excedente econômico busca, além da exacerbação da exploração capitalista do trabalho nas sociedades dependentes, também as formas entrelaçamento entre a ordem econômica capitalista internacional e a ordem social local. Neste sentido, tornar-se-ia evidente que a dominação externa se faria presente nas sociedades dependentes por meio da dominação interna realizada pelas burguesias nacionais, o que implica numa composição específica de interesses dominantes própria do capitalismo dependente⁶.

Para o caso brasileiro, o dinamismo de sobre-apropriação repartida do excedente econômico também teria determinado o regime de acumulação no campo. Sua especificidade estaria na composição de interesses entre as burguesias externas, a burguesia urbano-industrial e as oligarquias agrárias, subjulgando

⁶ Para Limoeiro-Cardoso (1987), esta compreensão de Fernandes acerca da sobre-apropriação repartida do excedente econômico confere ao conceito de capitalismo dependente o estatuto de problemática peculiar à obra do autor. Seria o resultado do modo como este apreende a própria conformação do sistema capitalista de produção em escala internacional, considerando simultaneamente sua generalidade temporal e suas especificidades espaciais.

nossa sociedade rural a uma dependência dentro da dependência (Fernandes: 1981b).

Com efeito, esta marca da composição específica de interesses estaria nas raízes da revolução burguesa no Brasil. A dimensão autocrática da dominação burguesa no país seria herança de um histórico mandonismo oligárquico, mantido graças ao não interesse desta classe em empreender uma plena revolução nacional democrático-burguesa. Antes, teria a burguesia nacional preferido a modernização conservadora, revelando o que o autor chamou de debilidade congênita que encerraria qualquer possibilidade de expansão de uma ordem social competitiva no país.

O problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital. Aí se fundiram o “velho” e o “novo” (Fernandes, 2006: 210).

Como resultado deste processo, teria lugar no país uma sociedade burguesa problemática, sem as raízes políticas de uma revolução burguesa. Não por outra razão, esta sociedade manteria a segregação moral de sua população negra, mantendo, contraditoriamente, o marcador físico como base da ordenação das relações econômicas, dando caráter específico à regulação de nossa ordem social competitiva (Fernandes, 2008).

3. O desenvolvimento dependente latinoamericano

A análise realizada por Florestan Fernandes sobre o processo de formação da sociedade de classes latino-americana traz a concepção de que o capitalismo dependente é um elemento particular dentro de um processo geral de acumulação. Todavia, o estudo sobre a condição dependente das sociedades latino-americanas nos processos de constituição de suas economias nacionais apresentou muitas outras vertentes. A composição da chamada “teoria da dependência” evidencia os diversos rumos tomados pelo entendimento da condição de dependência tanto

no interior do marxismo quanto na formação de outras escolas teóricas⁷. No que concerne a este trabalho, importa a formulação de Fernando Henrique Cardoso sobre o problema; esta, por sua vez, fez-se com base no debate crítico do autor com a chamada escola cepalina.

Para a Cepal, a especialização primário-exportadora, em países periféricos como o Brasil, teria trazido consigo uma tendência crônica de deterioração dos termos de troca e de transferência de parte dos frutos do progresso técnico dos países periféricos para as economias centrais (Colistete, 1997). Uma estratégia de crescimento voltada exclusivamente para o estímulo das exportações nacionais levaria somente a uma reprodução contínua destas assimetrias. Por isso, a origem dos problemas que cercavam as economias periféricas não residiria nas condições do comércio externo, mas antes nas características estruturais associadas à sua especialização produtiva, que havia conduzido estas economias a uma inserção desfavorável no concerto das nações. Assim, o fator fundamental para desenvolvimento das economias periféricas seria o incentivo à industrialização.

Do ponto de vista cepalino, no interior deste processo de industrialização, a diversificação da indústria doméstica poderia substituir itens importantes da pauta de importações dos países periféricos; porém, a continuidade deste processo pressionaria fortemente as contas externas destes países ao incorporar bens industriais mais elaborados e essenciais à operação do parque produtivo instalado. É neste estágio que se revelaria, por completo, o alcance da visão cepalina, posto que não bastaria a produção doméstica de artigos de consumo, mas também seria necessário estender a atividade manufatureira aos bens de produção – sobretudo máquinas e equipamentos – até então entendidos como o núcleo do progresso técnico em escala mundial (Mantega, 1984).

É sobre esta concepção de desenvolvimento que Cardoso irá focar suas críticas e iniciar a formulação de seu conceito de dependência. Para o autor, o entendimento do desenvolvimento enquanto um processo que refere-se única e exclusivamente à uma conformação determinada de forças de produtivas não se sustenta na realidade concreta. A história da América Latina seria a principal

⁷ É importante ressaltar que, em sentido estrito, é difícil identificar a formação de uma “teoria” da dependência. Conforme afirma Fiori (1995: 215), “o que costumou-se chamar de teoria da dependência refere-se na verdade a um número infinito de artigos e livros de vários autores, que nos anos 60 e 70 dedicaram-se à análise de um mesmo problema com métodos e teorias distintos e com derivações político-normativas absolutamente diferentes entre si”.

evidencia da insuficiência desta concepção. O processo de desenvolvimento, argumenta o autor em parceria com Falleto, passa necessariamente por fatores histórico-estruturais. O entendimento destes fatores histórico-estruturais pressuporia que,

(...) a interação de grupos e classes sociais que possuem um modo de relação que lhes é próprio, e, portanto, possuem interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. (Cardoso e Faletto, 1970: 22)

Para a análise do desenvolvimento, tornar-se-ia necessário integrar aspectos sociais e políticos, indispensáveis para captar a atuação das forças sociais latino-americanas em um quadro referencial mais amplo. A rigor, os autores buscam justificar sua proposta de análise num entendimento particular das relações de classe, onde prevaleceria a relação entre grupos sociais no plano nacional, colocando em segundo plano as chamadas “determinações externas”. Desta maneira, o conceito de dependência termina por debruçar-se sobre as estruturas de dominação das próprias sociedades dependentes, detendo-se tanto nas formas como as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade, quanto na maneira como esse jogo de forças sofre influência da vinculação desses países aos blocos político-econômicos internacionais. Assim, à análise integrada do desenvolvimento, que busca revelar os aspectos econômicos e a teia de relações sociais que lhe são subjacentes, deveriam se juntar as particularidades históricas de cada situação de dependência, evidenciando as determinações particulares na relação do todo com as partes no âmbito do movimento dialético.

Mantendo o critério cepalino de periodização (economia colonial / economia nacional, crescimento para fora / industrialização extensiva / industrialização intensiva)⁸, Cardoso e Faletto entendem que, se na fase da chamada “expansão para fora” as economias latino-americanas encontravam-se na dependência dos fluxos do mercado internacional – uma vez que seu crescimento era função exclusiva do movimento de suas exportações –, no período subsequente, com a internacionalização dos mercados nacionais, estas economias teriam se inserido

⁸ Sobre a influência da periodização histórica cepalina no ensaio de Cardoso e Faletto, ver Mello (1994).

em uma nova situação de dependência. De acordo com os autores, formaram-se neste período nos países da América Latina novas

(...) alianças, ou conjunturas de poder, que facilitaram um amplo ajuste entre as antigas situações dominantes e aquelas constituídas como consequência da aparição dos setores médios, da burguesia industrial e, até certo ponto, das massas urbanas. (Cardoso e Faletto: 1970: 115)

Este ajuste no sistema de dominação teria possibilitado, a partir da saturação do processo de substituição de importações, a realização de um novo arranjo de forças que teria redefinido a inserção das economias periféricas no concerto econômico internacional.

A vinculação das economias periféricas ao mercado externo internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. (Cardoso e Faletto: 1970; 125)

Esta nova forma de inserção das economias periféricas junto ao mercado internacional, por sua vez, não teria redefinido somente a forma de dependência destes países, mas também caracterizaria uma nova fase de desenvolvimento destas economias. Todavia, a onda de investimentos dos países centrais nas economias periféricas viria a se realizar fundamentalmente através da implantação de filiais das grandes corporações capitalistas, norte-americanas e européias, nos mercados nacionais latino-americanos. Assim, haveria o fenômeno histórico e mais uma vez específico, no sentido dialético, do desenvolvimento *dependente* e *associado*, viabilizado pelas políticas desenvolvimentistas dos países periféricos em parceria com o capital internacional.

4. Sociedade e política nos olhares sobre a dependência

Apesar terem se voltado para a compreensão do capitalismo enquanto totalidade histórica, e do capitalismo dependente como produto das contradições e das determinações particulares desta totalidade – no sentido da *unidade do diverso* – as análises empreendidas por Fernandes e Cardoso e Faletto foram animadas por

tensões analíticas distintas, levando a conclusões tanto teóricas quanto políticas também distantes.

Do ponto de vista teórico-metodológico, apesar dos autores atrelarem suas discussões à problemática marxista da constituição do modo de produção capitalista, suas abordagens seguem caminhos diferentes. Mesmo apresentando como fonte metodológica a dialética marxista, Cardoso e Faletto não realizam da mesma forma que Fernandes a passagem do *abstrato* ao *concreto pensado* proposta por Marx na *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Conforme afirma o próprio Cardoso,

Uma caracterização é dita abstrata quando se baseia em relações parciais e indeterminadas. A passagem do abstrato ao concreto se faz pelo processo de determinação, ou seja, de elaboração da ordem pela qual se hierarquiza e se articula um conjunto de relações e se distingue este conjunto (totalidade) de outros conjuntos. Para isto é necessário produzir os conceitos que permitam articular e delimitar os conjuntos de relações. (Cardoso, 1993: 121)

Ao propor uma compreensão integrada do desenvolvimento, Cardoso sugere a análise do processo de determinação dialética a partir das relações de classe que lhe dão suporte. Em seu ensaio com Faletto, Cardoso avança sobre tais relações no plano da nação, mantendo em plano secundário a associação dos interesses das classes sociais com os das burguesias hegemônicas do capitalismo internacional. Encerrando a determinação das relações de classe no plano nacional, estes autores buscam demonstrar que é a partir da composição destas, da imposição de um modo de dominação que lhes é próprio, que é determinada a inserção do país no concerto internacional das economias capitalistas.

Fernandes, por sua vez, ao buscar compreender as determinações essenciais das relações de classe no capitalismo dependente, avalia que tais determinações localizam-se tanto no plano interno quanto no externo às sociedades dependentes. A relação de subordinação estabelecida entre as burguesias industriais dependentes e a burguesia imperialista formaria o que o autor chamou de articulação estrutural da dinâmica do capitalismo dependente, cuja substância encontrar-se-ia na sobre-apropriação repartida do excedente econômico produzido nas sociedades dependentes. Este movimento, por sua vez, definiria uma forma de dominação conjugada das burguesias sobre a classe trabalhadora local: trataria-se de uma dominação interna e externa, onde a última necessitaria da primeira para o exercício

de seu próprio domínio. Na compreensão destas relações encontraria-se o elo fundamental para o entendimento tanto da dinâmica do particular – capitalismo dependente –, quanto de suas relações com o geral – a acumulação capitalista internacional. Somente através da conformação destas relações, argumentava Fernandes, seria possível compreender o capitalismo enquanto totalidade histórica formada por um conjunto articulado de relações parciais e hierarquizadas.

Este *approach* levou Fernandes a destacar o conteúdo político das relações de domínio e subsunção inerentes ao capitalismo dependente. Político justamente por que implicariam em uma vontade de classe. Diferentemente de Cardoso e Faletto, que identificavam na dependência dos países capitalistas periféricos somente seus laços financeiro e tecnológico com as nações hegemônicas, Fernandes concebia no interior do capitalismo dependente a determinação recíproca dos elementos econômicos, socioculturais e políticos que o caracterizam⁹. Assim, a conformação das classes sociais no capitalismo dependente determinaria, além da subalternação nos níveis tecnológico e financeiro, também a dependência política e cultural. A depreciação contínua destes fatores internos das sociedades dependentes seria assim inerente as próprias relações de classe que lhe dariam sustentação. *“O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político.”* (Fernandes, 1981a: 61)

Outro ponto de dissociação entre as concepções de dependência dos autores refere-se às conseqüências políticas que ambas as problematizações são capazes de inferir. Fernandes é enfático quando afirma que a evolução do capitalismo dependente leva a produção de formas ultra-espoliativas de dominação e exploração do trabalho. Arranjos políticos nesta modalidade de capitalismo contribuiriam tão somente para a disseminação de privilégios estratégicos, garantindo ajustes sociais momentâneos e comumente superficiais, uma autêntica “revolução dentro da ordem” (Fernandes, 1981a: 101). A negação das formas capitalistas de reprodução e dominação seria a única alternativa de ruptura das estruturas espoliantes da condição dependente.

Só a “revolução contra a ordem”, negadora ao mesmo tempo da

⁹ A integração destes elementos encontra-se no cerne do conceito de revolução burguesa do autor. Em seus termos, a revolução burguesa denota “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (Fernandes, 2006: 239)

dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista. (Fernandes: 1981a, 89)

Mais adiante, o autor conclui que:

Inibindo todas as influências, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança sócio-econômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a da revolução socialista. (Idem, ibdem)

Cardoso e Faletto, por sua vez, não mantêm na análise a mesma preocupação com a superação da situação de dependência. O limite de suas afirmações neste sentido encontra-se na negação da possibilidade de uma alternativa socialista quando da crise da estrutura interna de dominação dos países dependentes, cuja única alternativa viável seria a internacionalização dos mercados nacionais latino-americanos:

Nessas circunstâncias - de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento - as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade. (Cardoso e Faletto: 1970: 120)

Ao final do ensaio, entretanto, os autores procuraram isentar-se de qualquer comprometimento relativo a proposições que pudessem indicar as possíveis trajetórias que o chamado desenvolvimento dependente e associado da América Latina devesse seguir:

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos atores que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível. (Cardoso e Faletto: 1970: 143)

Do ponto de vista político, enquanto Fernandes enfatiza os limites e a forma de superação do capitalismo dependente, Cardoso e Faletto partem do diagnóstico

do que entendiam por *situação de dependência* das economias periféricas e, criticando o núcleo da argumentação cepalina sobre o subdesenvolvimento, apontavam as possibilidades reais de desenvolvimento com dependência. Ou, dito de outro modo: o que era inconciliável para o primeiro, *dependência* e *desenvolvimento*, na medida em que a dependência retiraria da nação a autonomia necessária à construção de projetos autônomos, para os dois últimos manter-se-ia no plano das possibilidades, dependendo fundamentalmente de uma concertação de classes interna às sociedades dependentes.

Historicamente, esta distância entre as concepções de dependência e capitalismo dependente teve implicações importantes nas visões de mundo de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Como é sabido, os dois sociólogos construíram carreiras políticas ímpares no cenário da política brasileira¹⁰. No caso de Fernandes, a carreira política também teria se revelado como momento complementar de um certo ideal sobre o fazer científico. Em particular, após ter sido afastado da universidade pelo regime militar¹¹, Fernandes passou a insistir que a sociologia teria um papel decisivo no processo de transformação social. Isto porque a reflexão crítica sobre o processo social seria um dos elementos de justificação deste fazer científico. Daí resulta sua concepção da *sociologia militante*, que não se prestaria somente ao papel de diagnosticar realidades distintas no interior do processo social, mas, se necessário, também avançar no sentido de auxiliar na construção de alternativas a tais realidades.

A práxis política se desdobra, portanto, engolfando o pensamento inventivo e a atividade intelectual criadora dos sociólogos que respondem ao apelo de estudar objetivamente e de colaborar praticamente nos grandes processos de transformação revolucionária da ordem existente." (Fernandes, 1995: 160)

A atitude de Florestan Fernandes diante da problemática que envolve

¹⁰ Florestan Fernandes foi deputado constituinte (1987-1990) e deputado federal (1991-1994). Fernando Henrique Cardoso, além de ter ocupado diferentes ministérios na administração pública Federal, foi senador e Presidente da República por dois mandatos (1995-1998; 1999-2002)

¹¹ Amparado no Ato Institucional nº5, o governo militar decretou em 25 de abril de 1969 a aposentadoria compulsória de 42 servidores. O decreto supostamente aposentava funcionários da Administração Pública Federal, mas o nome de Florestan Fernandes e de outros três professores da Universidade de São Paulo – vinculada ao governo estadual e não à União – constava no decreto. As aposentadorias provocaram imediato protesto de Hélio Lourenço, então reitor em exercício da USP. No dia 30 de abril, era publicado um novo decreto, aposentando Hélio Lourenço e outros 23 professores – dentre os quais o próprio Fernando Henrique Cardoso.

o conceito de capitalismo dependente é exatamente de resgatar a criticidade da análise sociológica sobre o processo de desenvolvimento (ou, nos termos da época, subdesenvolvimento) latino americano para, posteriormente, posicionar-se frente à este movimento particular do processo de acumulação capitalista. Isto evidencia que, para além do simples processo explicativo, a ciência necessitaria de uma orientação teórica que a compromettesse quase que organicamente com as transformações da realidade concreta. Isentar-se de propor alternativas à transformação social seria desprover a ciência de sua necessária conexão com os movimentos de transformação política e social da realidade. Neste sentido, sua atuação política, em larga medida dedicada aos temas da educação na sociedade brasileira, foi fortemente marcada pela defesa do ensino público e pela construção de garantias de vinculação da arrecadação pública para gastos em educação, ciência e tecnologia – ciente, contudo, de que tal agenda política contribuía somente para uma “revolução dentro da ordem” (Fernandes, 1989).

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, parece ter tomado muito de sua leitura sobre a situação de dependência como fundamento de discursos e mesmo alianças políticas. Focando a importância dos arranjos de classe no âmbito da nação, Cardoso e Faletto apontavam menos a liberdade relativa das sociedades dependentes do que a complexidade dos processos de mudança social, em um contexto em que, diante da internacionalização crescente da economia, os pólos de decisão tornar-se-iam cada vez menos centralizados. Diante deste cenário, os arranjos políticos possíveis de serem estabelecidos no âmbito da sociedade nacional poderiam refletir curtos-circuitos locais, ainda que em interação com o cenário externo. Neste movimento dialético entre a parte e o todo, haveria alguma margem de manobra na situação de dependência, através da confecção de arranjos que dessem conta de elementos internos de reprodução desta dependência.

Esta compreensão da condição histórico-estrutural da sociedade brasileira teve importante reflexo na atuação e na posição de Cardoso na administração pública. Sem embargo, o rearranjo das forças políticas no campo estatal, inclusive reduzindo sua extensão; a exposição do empresariado nacional à concorrência internacional, visando consolidar os *homens de empresa* e extinguir os *capitães de indústria*¹²; a privatização das empresas estatais, argumentando em favor de uma

¹² Esta categorização é apresentada por Cardoso (1964) em sua tese de livre docência sobre o empresariado paulista. Os *capitães de indústria* seriam os empresários cuja forma de dirigir

gestão menos afeita às disputas político-partidárias e entregando-as aos *homens de empresa*, e; a gestão eminentemente fiscal Estado, assegurando sua solvência diante dos novos fluxos financeiros internacionais; foram medidas supostas pelo presidente-sociólogo como indutoras do desenvolvimento e minimizadoras do peso dos setores patrimonialistas voltados à perpetuação do quadro de dependência da sociedade nacional. Isto é, ao contrário do que teria sugerido Fernando Henrique Cardoso outrora¹³, a leitura dos escritos do sociólogo pode contribuir sobremaneira para a compreensão da conduta política do presidente.

À guisa de conclusão

Descrever e interpretar a realidade social são ações que extrapolam, em vários níveis, os limites da expressão “análise”. Dado o caráter das ciências sociais, as explicações por estas construídas carregam forte historicidade e escapam do absolutismo das certezas. Antes, suas explicações repercutem não apenas sobre as práticas políticas (repercussão que qualquer saber sistematizado pode obter), mas se circunscrevem em um plano ainda mais complexo, que diz respeito à construção de categorias de reconhecimento do mundo social. Descrever a realidade social também pode implicar em prescrevê-la, isto é, sugerir-lhe rumos de transformação que em larga medida coadunam com as categorias conceituais empreendidas na descrição.

As interpretações sobre o capitalismo dependente e a situação de dependência elaboradas, respectivamente, por Fernandes e Cardoso e Faletto, parecem bem situadas como estratégia de prescrição do mundo social. De um lado, Fernandes julgou ter encontrado no materialismo dialético os termos necessários não apenas à compreensão do capitalismo enquanto totalidade, mas também os indicadores dos caminhos de sua superação, através do que chamou de *revolução contra a ordem*, simultaneamente negadora da dependência e do próprio

a empresa obedeceria a critérios estritamente pessoais, e suas práticas administrativas estariam longe de expressar a racionalidade exigida pelo empreendimento capitalista. Os *homens de empresa* representariam os modernos executivos profissionais, cuja atividade era caracterizada pela impessoalidade e pela racionalidade administrativa em busca do lucro – a exemplo dos *managers* e dos *top executives* da economia norte-americana.

¹³ “Esqueçam o que escrevi” é uma frase atribuída ao então presidente Fernando Henrique Cardoso em resposta aos que questionavam a diferença entre seu discurso no passado e seu governo. O presidente, por sua vez, nunca reconheceu a autoria da frase.

capitalismo. Cardoso e Faletto, por seu turno, lançaram mão do materialismo dialético tendo em vista a crítica do estruturalismo cepalino e a compreensão sobre as possibilidades nacionais latino-americanas ante a internacionalização dos mercados. Não foi por outra razão que estes autores tomaram a dependência como situação, que poderia se articular, a partir de uma composição interna de interesses de classe, aos processos de desenvolvimento deflagrados pela conjuntura da economia internacional.

O caráter patrimonialista das relações que setores da burguesia nacional mantiveram historicamente com o Estado também recebeu prescrições políticas distintas pelos autores. Para Fernandes, o dilema patrimonialista estaria no cerne do modelo de Estado constituído no país, expressão do mandonismo oligárquico (agrário) herdado pela oligarquia moderna (financeira/industrial). Já Cardoso, em suas obras individuais, insistiu na possibilidade de mudanças a partir do abrandamento da proteção conferida pelo Estado a certas frações de classe. Assim, a internacionalização dos mercados seria uma oportunidade histórica para o enfrentamento deste dilema. Não parece ser por outra razão que, enquanto Fernandes, na condição de parlamentar, defendeu a manutenção da presença das instituições de Estado regulando a economia e seu fluxos, Cardoso, à frente do poder executivo nacional, promoveu reformas liberalizantes na economia e restritivas no concernente à atuação do Estado.

Uma questão importante sobre as diferenças destas noções de dependência e que não pôde ser desenvolvida neste espaço, diz respeito à influência das diferentes histórias de acumulação de recursos de capital cultural dos autores. Florestan Fernandes, descendente de imigrantes portugueses e órfão de pai, teve origem modesta, tendo trabalhado desde os nove anos de idade e terminado seus estudos secundários graças a exames supletivos¹⁴. Já Fernando Henrique Cardoso foi filho de família abastada, teve rica trajetória escolar e esteve muito próximo da típica condição de herdeiro da ainda frágil elite cultural paulistana da época, através da pretendida condição de bacharel em direito¹⁵. Sem embargo, estas trajetórias

¹⁴ Para uma autoanálise da trajetória do sociólogo, ver Fernandes (1980), em particular o capítulo 8, *Em busca de uma sociologia crítica e militante*. Para a reconstrução de sua infância, trajetória familiar e de formação, ver Sereza (2005)

¹⁵ Quando entrou para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1949, Fernando Henrique Cardoso também prestou concurso para a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, quando então foi reprovado em latim. A propósito da genealogia deste autor, ver García (2004).

podem ter influencia particular sobre a construção da leitura destes autores acerca do mundo social, certamente acionando chaves interpretativas que, dos pontos de vista intelectual e político, podem distanciar-se em maior ou menos grau dos ideais historicamente identificados como transformadores ou conservadores.

Referências

- ARRUDA, M. A. N.. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Sérgio Micelli (org), *História das ciências sociais no Brasil* (vol.2). São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.
- . A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994, p.315-324.
- BASTOS, É. R; et al (orgs). *Conversa com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- CARDOSO, F. H.. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- . *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed., São Paulo: Ed. LTC, 1970.
- COLISTETE, R. P.. A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: Tamás Szmercsányi; Wilson Suzigan (orgs), *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FERNANDES, F. Introdução da Contribuição à crítica da economia política. In: *Leituras e legados*. São Paulo: Global Editora, 2010
- . *A integração do negro na sociedade de classes* (vol. 1). 5.ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008.
- . *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed – São Paulo: Ed. Globo, 2006.
- . *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- . *A constituição inacabada: vias históricas e significado*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- . *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- . Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b

- . *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FIORI, J. L.. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- GARCIA, A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, vol.16, n.01, 2004, p.285-300.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- LIMOEIRO CARDOSO, M. *Notas para a demarcação de um campo teórico em Florestan Fernandes: fundamentos, confrontos e perspectivas*. Coleção Documentos - Série História Cultural n° 7: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1997.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 9.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SEREZA, H. C. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.